



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ

DIRETRIZES E PLANO DE FISCALIZAÇÃO ANUAL – 2026

Definição: O Plano de Fiscalização Anual é o documento de planejamento estratégico que evidencia a execução das metas e atividades de fiscalização para o exercício de 2026 integrando as políticas de governança do Sistema CFC/CRCs. O plano foi aprovado na **Sessão Plenária nº. 826 do Conselho Regional de Contabilidade do Pará, ocorrida em 29/10/2025.**

1 – FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CFC/CRCs

A atividade de fiscalização do exercício da profissão contábil, coordenada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e executada pelos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), é desempenhada por fiscais contratados especificamente para essa atribuição, assegurando a conformidade com as normas e regulamentos da profissão.

Os Conselhos de Contabilidade, por meio de sua Fiscalização, têm o dever legal de atuar como um mecanismo de proteção da sociedade, em conformidade com os preceitos estabelecidos no Art. 2º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946:

“Art. 2º A fiscalização do exercício da profissão contábil, assim entendendo-se os profissionais habilitados como contadores e técnicos em contabilidade, será exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade a que se refere o Art. 1º.”

Assim, compete à Administração dos Conselhos de Contabilidade garantir o cumprimento da função institucional estabelecida em Lei.

Em conformidade com o Art. 10 do Decreto-Lei n.º 9.295/46 e com o Art. 18 da Resolução CFC n.º 1.612 (Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade), compete aos Conselhos Regionais de Contabilidade, entre outras, as seguintes atribuições:

- a. expedir cédula de identidade para os profissionais e alvará para as organizações contábeis;



- b. examinar reclamações e decidir acerca dos serviços de registro e das infrações dos dispositivos legais vigentes, com relação ao exercício profissional; e
- c. desenvolver ações necessárias à fiscalização do exercício profissional, impedindo e punindo as infrações e representar as autoridades competentes sobre fatos apurados cuja solução não seja de sua alçada.

A fiscalização tem como finalidade primordial fortalecer a imagem da profissão contábil e proteger os usuários dos serviços de Contabilidade. Para isso, busca-se conscientizar a classe, individual e coletivamente, sobre a importância de valorizar seus integrantes. Tal objetivo é alcançado por meio de medidas restritivas e coercitivas, devidamente justificadas e compatíveis com a dignidade, a responsabilidade e os princípios profissionais, preservando a autoridade das ações e assegurando que seus resultados revertam em benefícios à sociedade.

Por esse motivo, deve a Fiscalização:

- a. zelar para que sejam observadas as leis, os princípios e as normas reguladoras do exercício da profissão contábil.
- b. estimular a exatidão, a probidade e a diligência na prática da Contabilidade, salvaguardando o prestígio e o bom conceito dos que a exercem.
- c. cooperar para a integração profissional e a consolidação dos princípios éticos. e
- d. atuar como fator de proteção aos usuários das informações contábeis.

Contudo, para executar essas atividades, os Conselhos Regionais de Contabilidade precisam ter uma estrutura organizacional mínima. A estrutura organizacional do Departamento de Fiscalização deve ser delineada de acordo com os objetivos e estratégias estabelecidos para que seja realizada a Fiscalização do exercício profissional de modo eficaz e eficiente e garantir a execução das atividades para o cumprimento do seu papel institucional e precípua.

A Vice-presidência de Fiscalização é o órgão executivo do CRC que auxilia a Presidência no planejamento, na execução, na avaliação e no controle dos objetivos estabelecidos para a Fiscalização dos Regionais.

Responde pela Vice-presidência de Fiscalização, Conselheiro do Regional eleito para o desempenho dessa função que atua no sentido de superintender, orientar e coordenar os serviços e as atividades da Fiscalização do CRC.

Para assessorar os trabalhos da Vice-presidência de Fiscalização, o CRC poderá nomear um responsável como Coordenador de Fiscalização, que responderá diretamente sobre o Departamento de Fiscalização.

O Departamento de Fiscalização é responsável, exclusivamente, pela atividade fiscalizatória, visando a proteção da sociedade e do interesse público e a valorização da imagem da profissão.



Compete ao Coordenador do Departamento de Fiscalização assessorar a Vice-presidência de Fiscalização no intuito de garantir o cumprimento do Plano de Trabalho, bem como coordenar os trabalhos técnicos da Fiscalização em todo o estado de jurisdição, controlar e avaliar os resultados alcançados.

Os fiscais e o apoio administrativo estão subordinados ao Coordenador de Fiscalização.

2 – PLANO DE TRABALHO ANUAL PREVISTO

2.1 - ESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL

Para a definição de metas, o coordenador do departamento de fiscalização não deve ser considerado, a não ser que o CRC tenha menos de 2(dois) fiscais em seu quadro de empregados.

CRCPA – 1 (um) coordenador e 3 (três) fiscais – Meta com 3 (três) fiscais.

O coordenador do departamento de fiscalização, quando profissional da contabilidade com registro ativo, poderá realizar procedimentos fiscalizatórios sempre que entender necessário ou quando solicitado pelo presidente do CRC.

A estrutura do Conselho Regional de Contabilidade do Pará disponibilizada para a área de fiscalização está disposta conforme o quadro abaixo:

1 – GESTÃO CRCPA	
Presidente	Ailton Ramos Correa Júnior
Vice-Presidente Fiscalização, Ética e Disciplina	Nelson Gustavo Rufino Rocha
1.2 - ÁREA DE FISCALIZAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E FÍSICOS	

Coordenador de Fiscalização		Marcelo Roney Raiol Braga
Fiscais (Contadores)		José Adriano Heitor Neves Luíza Maíza de Albuquerque Tatiana Silva Pes
Assistentes Administrativos		Francely de Souza Michel Diogo Dantas Moreira
Estagiários		Carlos André de Souza Gomes Isabelle do Carmo Tavares
Recursos físicos	Computadores/Notebook	03 Computadores e 04 Notebooks
	Scanners	01
	Impressora Multifuncional	01
	Outros equipamentos	N/A
Veículos de uso exclusivo da fiscalização	Próprio	01
1.3 - LOCALIZAÇÃO DOS FISCAIS		
Fiscais lotados na sede	José Adriano Heitor Neves Luíza Maíza de Albuquerque Tatiana Silva Pes	



2.2 - QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS E ABRANGÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO

A quantidade de procedimentos fiscalizatórios de caráter proativo será realizada na capital (e região metropolitana) e no interior de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho da Vice-Presidência de Fiscalização do CRCPA. O percentual direcionado para “capital” e “interior” foi definido pelo CRCPA da seguinte forma:

Meta definida como 80% de fiscalizações na região metropolitana e 20% no interior do estado do Pará

O CRCPA deverá revisar o planejamento de fiscalização, com o intuito de verificar se todos os profissionais e organizações contábeis na sua jurisdição, foram fiscalizados dentro de uma periodicidade não superior a 5 anos.

Para o exercício de 2026 o Conselho Regional de Contabilidade do Pará - CRCPA irá priorizar e intensificar as fiscalizações na região metropolitana de Belém, com o principal objetivo de combater ao exercício ilegal da profissão, identificar as organizações contábeis inabilitadas (Pessoas Jurídicas com finalidade de exploração da atividade contábil sem o devido registro no CRCPA), bem como o cumprimento de obrigações elencadas no Código de Ética do Profissional Contador, como identificação do registro, categoria e nomes de responsáveis técnicos na fachadas, propagandas e demais publicidades, e verificar se o serviço de prerrogativa profissional (Escrituração do Livro Diário) está sendo executado.

Com relação as cidades do interior do estado do Pará, para o exercício de 2026, a fiscalizações serão priorizadas de forma eletrônica com a utilização de sistema informatizado próprio o “e-Fisc”, onde o fiscalizado receberá por e-amil as intimações de regularização de infrações e acesso ao sistema sem ter a necessidade da visita in loco. Também será utilizado o sistema de denúncias eletrônicas disponibilizado no site do CRCPA, visto o aumento significativo no exercício de 2025 de denúncias no interior do estado do Pará.

Competirá aos fiscais do CRCPA, ao realizarem um procedimento fiscalizatório, a verificação obrigatória de 100% da situação cadastral de todos os registros profissionais. E caso a organização contábil fiscalizada não tenha mais que 5 (cinco) clientes, deverá ser feita a fiscalização na sua totalidade em busca dos irregulares.



2.2.1 - CIDADES A SEREM FISCALIZADAS

Cidades/PA	Mês estimado para fiscalização
Belém	Durante o exercício de 2025
Ananindeua	Durante o exercício de 2025
Marituba	Durante o exercício de 2025
Demais cidades do interior	Durante o exercício de 2025 e conforme demanda de denúncias.

2.3 - PROJETOS

Feitas as considerações referentes à meta, faz-se necessário explicitar, de forma justificada, o estabelecimento de uma quantidade padrão mínima para ser observada pelo CRCPA por ocasião dos trabalhos.

São considerados Projetos Básicos a serem estabelecidos no Plano de Trabalho da Vice- presidência de Fiscalização do CRC:

2.3.1 - PROJETO 2001

a) Fiscalização das Organizações Contábeis e Profissional Liberal

- I. Fiscalização para Proteção ao Exercício Legal – Combate ao exercício ilegal;
- II. Fiscalização das obrigações da Resolução CFC 1.721/2024
- III. Fiscalização do produto fundamental gerado pelo exercício profissional prestado aos clientes tomadores de serviço:



- Contabilidade – escrituração contábil e elaboração de demonstração de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- IV. Fiscalização de Decores emitidas pelos responsáveis técnicos.
- V. Fiscalização de produto específico gerado pelo exercício profissional prestado aos clientes tomadores de serviço:
 - Serviços de auditoria.
 - Serviços de perícia.
- VI. Fiscalizações de caráter reativo - As fiscalizações demandadas pela sociedade a respeito do exercício de profissionais e organizações contábeis, ou seja, a apuração de denúncias/representações/comunicações de irregularidades recebidas e admitidas também fará parte da meta. O CRCPA deve cumprir a meta mínima de apuração de 60% das denúncias/representações/comunicações de irregularidades, observando o estabelecido na Resolução CFC n.º 1.589/2020.

PROJETO 2001 - FISCALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS E DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE

Metas de Procedimentos Fiscalizatórios

Meta Geral

Número de Fiscais (a)	Dias de trabalho (b)	Meses (c)	Média de procedimentos fiscalizatórios dia (d)	Resultado (a)x(b)x(c)x(d)	Meta Projeto 2001	Meta Projeto 2002
03	16	11	3	1584	792	792

Distribuição de Fiscalizações Proativas

Procedimentos Fiscalizatórios	Peso	Percentual de distribuição	Estimativa de Análises Por Peso de cada procedimento	Total da meta	Capital e Região Metropolitana	Interior
					80%	20%
Decores (por declaração)	1	10%	79	79	63	16
Descumprimento de obrigações da Res. CFC 1.721/2024	1	1%	8	8	6	2
Análise demonstrações contábeis de acordo com as NBCs		18%	107	143	85	22
NBCTG 1002 (por conjunto de demonstrações)	1	10%	79	79	63	16
NBCTG 1001 (por conjunto de demonstrações)	2	5%	20	40	16	4
NBCTG 1000 e NBCTG 26 (por conjunto de demonstrações)	3	3%	8	24	6	2
Relatório (e procedimentos) de auditoria de acordo com as NBCs (por relatório)	3	5%	13	39	10	3
Laudo pericial de acordo com as NBCs (por laudo)	3	1%	3	9	2	1
Registro (1 profissional/PJ/PF – RAIS/CAGED/CNAE) (por agendamento)	1	50%	396	396	317	79
Registro (organização contábil/sócios e funcionários) (por agendamento)	1	10%	79	79	63	16
Falta de escrituração (livros obrigatórios) (por cliente)	1	5%	40	40	32	8
Total das diligências		100%	725	793	578	147



2.3.2 – PROJETO 2002

b) Fiscalização das Organizações Não Contábeis

- I. Fiscalização para Proteção ao Exercício Legal – Combate ao exercício ilegal.
- II. Fiscalização das obrigações da Resolução CFC 1.721/2024.
- III. Fiscalização dos produtos gerados pelo exercício profissional prestado à Organização Não Contábil:
 - Contabilidade – análise da escrituração contábil e elaboração de demonstração de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
 - Relatórios de Auditoria (e papéis de trabalho) – análise dos trabalhos realizados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Ressalta-se que para distribuição da quantidade de fiscalizações de Organizações Não Contábeis (de Grande, de Médio e de Pequeno Porte), o CRC, com base no contexto e na estrutura da Unidade Federativa, considerará as seguintes:

- a) Empresas Comerciais, Prestadoras de Serviços ou Industriais (NBCTG 1000, 1001 e 1002 e NBCTG 26);
- b) Entidades sem Fins Lucrativos (inclusive Partidos Políticos) (ITG 2002).
- c) Órgãos Públicos (esferas municipal, estadual e federal e poderes executivo, legislativo e judiciário).
- d) Cooperativas (ITG 2004).
- e) Entidades Desportivas (ITG 2003).
- f) Entidade Fechada de Previdência Complementar (ITG 2001).

PROJETO 2002 – FISCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NÃO CONTÁBEIS
Metas de Procedimentos Fiscalizatórios
Meta Geral

Número de Fiscais (a)	Dias de trabalho (b)	Meses (c)	Média de procedimentos fiscalizatórios dia (d)	Resultado (a)x(b)x(c)x(d)	Meta Projeto 2001	Meta Projeto 2002
03	16	11	3	1584	792	792

Distribuição de Fiscalizações Proativas

Procedimentos Fiscalizatórios	Peso	Percentual de distribuição	Estimativa de Análises Por Peso de cada procedimento	Total da meta	Capital e Região Metropolitana	Interior
					80%	20%
Descumprimento de obrigações da Res. CFC 1.721/2024	1	3%	24	24	19	5
Fiscalização das Organizações Não Contábeis Empresas Comerciais, Prestadoras de Serviços ou Industriais		30%	172	238	138	34
Análise demonstrações contábeis de acordo com as NBCs						
NBCTG 1002 (por conjunto de demonstrações)	1	15%	119	119	95	24
NBCTG 1001 (por conjunto de demonstrações)	2	10%	40	80	32	8
NBCTG 1000 e NBCTG 26 (por conjunto de demonstrações)	3	5%	13	39	10	3
Entidades desportivas profissionais (Análise demonstrações contábeis de acordo com as NBCs - ITG	2	1%	4	8	3	1
Órgãos Públicos (Análise demonstrações contábeis de acordo com as NBCs - NBCTSP)	2	5%	20	40	16	4
Entidade Fechada de Previdência Complementar (Análise demonstrações contábeis de acordo com as NBCs - ITG 2001)	2	1%	4	8	3	1
Cooperativas (Análise demonstrações contábeis de acordo com as NBCs - ITG 2004)	2	5%	20	40	16	4
Entidades sem Fins Lucrativos (Análise demonstrações contábeis de acordo com as NBCs - ITG 2002)	2	15%	59	118	47	12
Registro de RT de Organização não contábil (profissional/Organização Contábil) (por agendamento)	1	40%	317	317	254	63
Total das diligências		100%	620	794	496	124



3 - PARCERIAS COM OUTRAS ENTIDADES PARA CRUZAMENTO DE INFORMAÇÕES

Atualmente o CRC não possui acordos de cooperação, convênios e/ou demais modalidades de parcerias com outras entidades, com o intuito de cruzar informações e fortalecer a fiscalização. Porém a gestão está empenhada a firmar tais parcerias para fortalecer os procedimentos de fiscalização e combate ao exercício irregular da profissão contábil no estado do Pará.

Contudo existem parcerias feitas com órgãos federais através do Conselho federal do Contabilidade – CFC, onde as informações são repassadas pelo Departamento de Fiscalização do CFC ao CRCPA para fortalecer os procedimentos de fiscalização.

4 - AÇÕES DE COMBATE AO EXERCÍCIO ILEGAL

Para o combate ao exercício ilegal da profissão o CRCPA estará encaminhando cópias dos autos de processos transitados em julgados em desfavor de pessoas físicas inabilitadas ao Departamento Jurídico para que seja realizada a representação ao Ministério Público Federal para adoção de medidas cabíveis fora da alçada do CRCPA.

5 – AÇÕES EDUCATIVAS COMO FORMA DE FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA

Para o exercício de 2026 o CRCPA continuará realizando as palestras em eventos realizados pelo Departamento de Desenvolvimento Profissional de orientações e instruções sobre os procedimentos da fiscalização e sobre demais normas utilizadas no dia a dia pelo profissional da contabilidade presenciais ou online, workshops, cartilhas orientativas, vídeos, entre outros.

6 - ORÇAMENTO DESTINADO A FISCALIZAÇÃO

CRCPA	Gastos c/ Veículos - fiscalização in loco	Diárias funcionários	Diárias Conselheiros Fiscalização	Salários e encargos dos fiscais e auxiliares	Manutenção dos veículos	Renovação ou aluguel da frota	Serviços de Correspondência	Outras Despesas*	Total	% do Orçamento do CRCPA
	R\$ 0,00	R\$ 7.488,00	R\$ 1.872,00	R\$ 1.086.068,50	R\$ 5.309,38	R\$ 3.600,00	R\$ 25.920,00	R\$ 21.800,00	R\$ 1.149.057,88	15,46%

* **Nota de esclarecimento:** Valores referentes a passagens aéreas de funcionários e conselheiros do departamento de fiscalização, bem como deslocamento urbano e combustível quando houver necessidade, pedágios e despesas de pronto atendimento.